



ISSN: 2230-9926

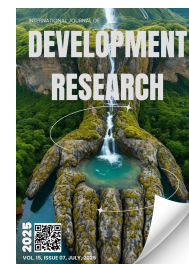
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 15, Issue, 07, pp. 68760-68762, July, 2025

<https://doi.org/10.37118/ijdr.29814.07.2025>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

LIBERDADE, RAZÃO E VONTADE: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A FILOSOFIA MORAL DE KANT E O PRINCÍPIO CRISTÃO DE AUTODOMÍNIO

*Anderson Paulo da Fonseca Costa

Unama – Belém, Pará, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th April, 2025

Received in revised form

14th May, 2025

Accepted 24th June, 2025

Published online 30th July, 2025

Key Words:

Liberdade; Kant; Cristianismo; Autonomia;
Razão prática; Moralidade.

*Corresponding Author:

Anderson Paulo da Fonseca Costa

ABSTRACT

Este artigo propõe uma articulação conceitual entre a filosofia moral de Immanuel Kant e o princípio cristão de autodomínio, com foco na ideia de liberdade. Contrapondo a visão contemporânea de liberdade como mera satisfação dos desejos, investiga-se, sob rigor filosófico e teológico, a hipótese de que a verdadeira liberdade reside não na licenciosidade, mas na capacidade de autodeterminação racional e ética. Kant entende a liberdade como autonomia da vontade orientada pela razão prática, enquanto o cristianismo a concebe como resposta livre à verdade revelada, que liberta do pecado. A análise revela convergências entre a ética kantiana e a moral cristã, especialmente no reconhecimento do autodomínio como condição da dignidade humana. Ambos os sistemas reconhecem que a verdadeira liberdade não se realiza pela obediência às paixões, mas pela superação delas. Nesse sentido, tanto o imperativo categórico quanto a doutrina cristã da graça conduzem à ideia de um sujeito moral responsável por si e pelos outros. A abordagem adotada é interdisciplinar, fundamentando-se na possibilidade de diálogo entre filosofia e teologia, conforme defendido por autores como Paul Ricoeur e Søren Kierkegaard. Conclui-se que, longe de ser aprisionamento, o princípio cristão de “não fazer tudo o que se quer” constitui expressão elevada de liberdade moral, fundada na razão, na verdade e na dignidade da pessoa humana.

Copyright©2025, Anderson Paulo da Fonseca Costa. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Anderson Paulo da Fonseca Costa. 2025. “Liberdade, razão e vontade: uma articulação entre a filosofia moral de kant e o princípio cristão de autodomínio”. International Journal of Development Research, 15, (07), 68760-68762.

INTRODUCTION

A liberdade é um dos conceitos mais centrais e controversos da tradição filosófica ocidental, sendo objeto de reflexão desde a Antiguidade clássica até os debates contemporâneos sobre autonomia, moralidade e direitos individuais. No decorrer da história do pensamento, distintas correntes filosóficas propuseram compreensões divergentes sobre o que significa ser livre. Em geral, tais concepções oscilam entre uma liberdade compreendida como poder de escolha irrestrito, baseada na vontade subjetiva, e uma liberdade entendida como autonomia moral, orientada por princípios racionais e universais. Essa dualidade, longe de ser apenas teórica, possui implicações profundas para a forma como o sujeito contemporâneo se compreende e se relaciona com as exigências éticas, sociais e espirituais do mundo atual. No senso comum contemporâneo, influenciado por um ethos individualista e por uma cultura de satisfação imediata dos desejos, a liberdade tende a ser reduzida à capacidade de realizar as próprias vontades sem impedimentos externos. Essa compreensão, embora amplamente disseminada, é filosoficamente limitada e pode levar a uma forma de aprisionamento subjetivo, na medida em que submete o sujeito aos seus próprios impulsos, paixões e inclinações contingentes. É nesse ponto que a filosofia moral de Immanuel Kant e a ética cristã oferecem alternativas profundas e transformadoras: ambas reconhecem que a verdadeira liberdade está enraizada na capacidade do sujeito de agir

segundo a razão, a moralidade e o bem, ainda que isso implique a renúncia de desejos imediatos ou a adoção de uma vida disciplinada. Kant, ao propor o conceito de autonomia como base da moralidade, afirma que um agente só é verdadeiramente livre quando age segundo leis que ele mesmo racionalmente reconhece como universais. Nesse sentido, a liberdade é inseparável da razão prática e da capacidade de agir por dever. Por sua vez, o cristianismo, especialmente no Novo Testamento, concebe a liberdade como libertação do pecado e das paixões, oferecendo um caminho de vida pautado pelo amor, pelo autodomínio e pela obediência voluntária à vontade divina. A mensagem evangélica subverte a noção de liberdade como permissividade, propondo-a como um estado de plenitude alcançado na submissão consciente ao bem e à verdade. Este artigo, portanto, propõe uma articulação entre essas duas tradições – a kantiana e a cristã – a fim de demonstrar que a liberdade não deve ser confundida com licenciosidade ou arbitrariedade. Ao contrário, defendemos a tese de que a verdadeira liberdade consiste em viver sob a direção da razão ou da vontade divina, superando o egocentrismo e as inclinações desordenadas. Essa compreensão, muitas vezes rejeitada por setores que enxergam no cristianismo um sistema de repressão, revela-se, paradoxalmente, como um caminho de emancipação interior e realização moral. O diálogo entre Kant e o cristianismo permitirá, assim, uma revisão crítica do conceito de liberdade e uma reflexão sobre seu significado mais profundo na experiência humana.

A Liberdade em Kant: Autonomia e Razão Prática: Immanuel Kant (1724–1804), em sua filosofia moral, reformula profundamente o conceito de liberdade, afastando-se da concepção empírica de livre-arbítrio como simples possibilidade de escolha entre alternativas. Para Kant, a verdadeira liberdade é a autonomia, ou seja, a capacidade da vontade de se autodeterminar segundo leis que ela mesma, racionalmente, reconhece como válidas. A liberdade, portanto, não é fazer o que se quer, mas agir de acordo com a razão prática.

Em sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant (2003) introduz o conceito de imperativo categórico, um princípio moral universal que deve guiar a ação de todo ser racional. Segundo ele:

“Age unicamente segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal. A moralidade, portanto, consiste na relação da ação com a autonomia da vontade, isto é, com a possibilidade de legislar universalmente por meio de suas máximas” (KANT, 2003, p. 47-48).

Essa exigência de universalidade revela que a moralidade kantiana é incompatível com a obediência a inclinações subjetivas ou interesses particulares, pois tais inclinações carecem de universalidade e, portanto, de validade moral. A liberdade moral é, para Kant, a capacidade de agir por dever, e não segundo os efeitos sensíveis ou as contingências empíricas. O imperativo categórico é a expressão formal dessa autonomia, que se impõe ao sujeito racional como uma exigência incondicional.

Nesse contexto, a liberdade não se opõe à moralidade, mas é sua condição de possibilidade. Kant afirma na *Crítica da Razão Prática* que:

“A liberdade em sentido prático é a independência da vontade relativamente à coação por impulsos da sensibilidade. A vontade pura é, portanto, aquela que é determinada apenas pela lei moral. E esta lei moral nada mais é do que a autonomia da vontade, isto é, a condição pela qual a vontade se dá a si mesma a lei universal” (KANT, 2002, p. 93).

Isso significa que a liberdade é aquilo que torna possível a ação moral e, ao mesmo tempo, a ação moral é a expressão plena da liberdade. Assim, o sujeito verdadeiramente livre é aquele que se emancipa das determinações externas (regras heterônomas) e internas (impulsos, desejos, paixões) para agir por respeito à lei moral, que sua própria razão reconhece como válida para todos. A autonomia moral kantiana se opõe frontalmente à ideia de liberdade como permissividade ou como ausência de limitações. Ao contrário, ela exige uma forma elevada de autodomínio e de responsabilidade racional. Como sintetiza Wood (2008), “a autonomia moral em Kant não é uma licença para fazer o que se quer, mas um compromisso racional com aquilo que se deve” (p. 211). Ser livre, para Kant, é ser senhor de si mesmo no sentido mais elevado: governar a própria vontade segundo a razão e os princípios morais que dela derivam. Tal concepção exige disciplina, renúncia e uma disposição ética contínua para subordinar os interesses pessoais a máximas que possam valer como leis universais. É nesse sentido que a liberdade se torna, paradoxalmente, uma forma de autoimposição racional que garante a dignidade do ser humano. Como explica Abbagnano (2007), a autonomia kantiana é o fundamento da dignidade moral do indivíduo, pois ela reconhece que cada ser humano deve ser tratado como um fim em si mesmo, jamais como meio. Portanto, a liberdade, em Kant, é inseparável da responsabilidade moral e da racionalidade prática. Ao afastar-se da concepção vulgar de liberdade como arbítrio, Kant oferece uma das formulações mais exigentes e elevadas da liberdade como ideal ético, capaz de fundar a moralidade sobre bases universais e não sobre a volubilidade dos desejos individuais.

A Liberdade no Cristianismo: Obediência, Graça e Autodomínio: A reflexão cristã sobre a liberdade encontra raízes profundas na tradição filosófica ocidental e dialoga, com consistência, com as principais correntes da ética normativa. Em vez de conceber a liberdade como pura espontaneidade ou ausência de impedimentos externos — uma

definição frequentemente associada ao liberalismo moderno —, o cristianismo propõe uma concepção ética e ontológica de liberdade: ser livre é estar em conformidade com o bem, com a verdade e com a realização da natureza racional e relacional do ser humano. Essa ideia não é incompatível com os fundamentos da filosofia prática, mas os aprofunda em uma dimensão transcendental, na qual a razão e a revelação convergem. Sob essa perspectiva, a liberdade cristã se aproxima da ideia kantiana de autonomia, mas assume um horizonte teológico: não é a razão apenas que legisla, mas o Logos — a razão eterna — que convida a vontade humana à comunhão. A liberdade não é abolida por essa convocação; ao contrário, é plenamente realizada quando se harmoniza com a ordem moral do ser. Como afirma Jesus:

Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará. Responderam-lhe: Somos descendência de Abraão e jamais fomos escravos de alguém. Como dizes tu: sereis livres? Replicou-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que todo o que comete pecado é escravo do pecado. O escravo não permanece sempre na casa; o filho, sim, permanece para sempre. Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres (Bíblia Sagrada, Tradução Almeida Revista e Atualizada, 2001).

Embora a filosofia e as ciências humanas adotem, em geral, um posicionamento cético quanto à existência de uma “verdade” absoluta no plano moral, o cristianismo opera com uma concepção teológica e existencial de verdade: aquela que se manifesta na revelação e orienta a liberdade humana para sua finalidade transcendente. Trata-se de uma verdade normativa, vivida na relação pessoal com o Logos, e não de um dado empírico ou passível de verificação científica. Nesse sentido, o enunciado evangélico não contradiz o rigor filosófico, mas apresenta uma dimensão complementar à experiência humana da liberdade — uma verdade que se propõe como horizonte de sentido, e não como imposição epistemológica.

Segundo a teologia paulina, o pecado não é apenas uma transgressão legal, mas uma forma de escravidão existencial que impede o ser humano de realizar sua verdadeira vocação. Paulo declara:

Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas convêm. Todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma delas. Os alimentos são para o estômago, e o estômago para os alimentos; Deus, porém, destruirá tanto um como o outro. Mas o corpo não é para a impureza, e sim para o Senhor, e o Senhor para o corpo (Bíblia Sagrada, Tradução Almeida Revista e Atualizada, 2001).

Com isso, o apóstolo afirma que a liberdade cristã não é a liberdade para pecar, mas a liberdade do pecado. É uma liberdade que implica autodomínio e responsabilidade diante de Deus, não se confundindo com licenciosidade. A Carta aos Gálatas reforça essa ideia:

Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Não useis, porém, da liberdade para dar ocasião à carne; antes, sede servos uns dos outros pelo amor. Pois toda a lei se cumpre numa só palavra, a saber: Amarás o teu próximo como a ti mesmo (Bíblia Sagrada, Tradução Almeida Revista e Atualizada, 2001).

Santo Agostinho, em suas *Confissões*, aborda o paradoxo da liberdade que escraviza:

A alma fornicava quando se afasta de ti, e busca fora de ti o que em vão encontrará puro e sereno em outro lugar. Tudo se imita de modo miserável quando se abandona a ti, ó fonte de toda vida, e se exalta num mundo exterior de imagens ilusórias (AGOSTINHO, 1999, p. 126).

Portanto, no cristianismo, a liberdade não consiste na possibilidade de fazer tudo o que se deseja, mas na capacidade de escolher o bem, mesmo contra os próprios impulsos. Ela é um processo de maturação espiritual, moral e relacional que conduz à verdadeira autonomia —

não a autonomia da vontade isolada, mas da vontade unida ao Logos eterno, que é Cristo.

Entre kant e o Evangelho: Confluências e Tensões: Apesar de situadas em contextos históricos e epistemológicos distintos, a filosofia moral de Immanuel Kant e a ética cristã convergem significativamente na concepção de liberdade como superação das inclinações e submissão a uma norma superior — seja esta a razão prática ou a vontade divina. Ambas as tradições rejeitam a concepção de liberdade como licenciosidade, isto é, como a simples capacidade de fazer o que se quer. Em Kant, o sujeito é verdadeiramente livre quando age por dever, ou seja, quando sua vontade é determinada não por desejos subjetivos, mas por máximas que podem ser universalizadas racionalmente. No cristianismo, a liberdade também se realiza quando o ser humano deixa de ser escravo do pecado e escolhe viver em conformidade com o bem revelado por Deus. Em ambos os casos, há uma noção de que o autodomínio — a capacidade de resistir às inclinações — é condição necessária para a liberdade moral. A distinção central está na fundamentação da norma moral. Em Kant, a lei moral é fruto da razão autônoma, que, por meio do imperativo categórico, se impõe a todo ser racional. Já no cristianismo, a norma moral deriva da vontade divina revelada, que não nega a razão, mas a transcende e a completa. Ainda assim, essa transcendência não se impõe coercitivamente, mas se oferece como uma proposta de amor e verdade à liberdade do sujeito. Como observa Paul Ricoeur, “a obediência à lei moral e a resposta à Palavra de Deus, embora distintas em sua origem, coincidem na exigência de uma conversão do eu, de uma passagem do homem natural ao homem ético” (RICOEUR, 1990, p. 276). Essa conversão é essencial tanto para a autonomia kantiana quanto para a liberdade cristã: em ambos os casos, o sujeito deve renunciar à heteronomia dos desejos e reconhecer-se vinculado a algo superior — seja à razão universal, seja à revelação divina.

Essa convergência se torna ainda mais evidente quando se considera que tanto Kant quanto o cristianismo propõem uma ética da interioridade. O imperativo categórico kantiano exige que o sujeito julgue suas máximas não com base em consequências externas, mas em sua validade racional universal. De forma análoga, o cristianismo valoriza a intenção do coração como critério de moralidade, como se lê no Sermão da Montanha: “Ouvistes que foi dito... eu, porém, vos digo...” (cf. Mateus 5). Em ambas as tradições, a liberdade exige uma conversão interior, não meramente comportamental. A linguagem do sacrifício, tão presente no discurso cristão, também encontra eco na moralidade kantiana. Agir moralmente, para Kant, muitas vezes significa contrariar as inclinações naturais. Da mesma forma, o seguimento de Cristo exige renúncia, cruz, negação de si mesmo — não como forma de anulação da liberdade, mas como condição para sua realização plena. A verdadeira liberdade, portanto, é custosa: ela exige disciplina, reflexão e abertura a algo maior do que os próprios desejos.

Nesse mesmo sentido, Søren Kierkegaard destaca que a liberdade humana só se realiza plenamente na relação com o Absoluto. Em sua obra *O Desespero Humano*, ele afirma:

A liberdade sem a verdade torna-se desespero. O homem que busca ser livre ignorando a relação com Deus está fadado a se perder em si mesmo, pois a liberdade só se realiza plenamente quando se reconhece o fundamento eterno da existência (KIERKEGAARD, 2000, p. 89).

Essa afirmação de Kierkegaard reforça a ideia de que a liberdade exige um horizonte transcendente, não como limitação, mas como condição de sua autenticidade. Assim, o que poderia parecer um antagonismo entre racionalismo e fé, autonomia e obediência, revela-se, na verdade, uma afinidade estrutural entre duas formas distintas de se compreender a liberdade como responsabilidade e elevação moral. Em Kant, a razão é o fundamento da dignidade humana; no cristianismo, essa dignidade é expressa na imagem de Deus e na vocação à santidade.

A filosofia moral kantiana, portanto, não se opõe ao cristianismo, mas pode ser lida como um esforço racional de fundamentar aquilo que a fé já propunha: que ser livre é, sobretudo, ser capaz de se orientar pelo bem, mesmo que isso exija sacrifício, renúncia e disciplina interior. Tal como Jesus advertiu: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome cada dia a sua cruz e siga-me (Lucas 9:23, Bíblia Sagrada, Tradução Almeida Revista e Atualizada, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste artigo demonstrou que a concepção de liberdade proposta por Immanuel Kant e a visão cristã da liberdade, longe de serem excludentes, compartilham pressupostos fundamentais. Ambas rejeitam a noção de liberdade como mera realização de desejos imediatos e propõem, em seu lugar, uma liberdade construída, racional, ética e responsável. Em Kant, a liberdade é autonomia da vontade conforme a razão universal; no cristianismo, é resposta à verdade revelada, com vistas à comunhão com Deus. A convergência entre essas duas tradições mostra que a verdadeira liberdade não reside na ausência de restrições, mas na capacidade de autodeterminação moral. Tal liberdade exige disciplina interior, superação das inclinações e abertura a uma norma superior — seja ela racional ou transcendente. A moralidade kantiana e a espiritualidade cristã apontam, portanto, para uma liberdade que implica renúncia, mas que também eleva a dignidade do ser humano. Esse encontro entre razão e fé, entre filosofia moral e ética cristã, é especialmente relevante em tempos nos quais a liberdade é confundida com permissividade e relativismo. Retomar essa tradição de liberdade como responsabilidade é um imperativo ético para a formação de sujeitos conscientes, capazes de agir não apenas em nome de si mesmos, mas em nome de princípios que superam seus próprios interesses. A partir disso, conclui-se que o princípio cristão de que “não se pode fazer tudo o que se quer” não é uma limitação, mas uma forma elevada de liberdade. Trata-se de uma liberdade que se ancora na verdade, como ensinou Jesus: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8:32). Uma liberdade que encontra seu sentido mais pleno não na autonomia isolada, mas no vínculo com o bem, com a justiça e com a transcendência.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO, Santo. Confissões. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1999.
- AQUINO, Tomás de. Suma Teológica. Tradução da equipe dos Dominicanos do Lumen Christi. São Paulo: Loyola, 2001. v. I.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Prática. Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 2002.
- KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de João Carlos Brum Torres. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KIERKEGAARD, Søren. O Desespero Humano: doença para a morte. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEWIS, C. S. Cristianismo Puro e Simples. Tradução de Gabriele Gregersen. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- RATZINGER, Joseph. Chamados à Comunhão: entender a Igreja hoje. Tradução de Luiz Fernando Schuch. São Paulo: Loyola, 2007.
- RICOEUR, Paul. Si Mesmo como um Outro. Tradução de Dina Maria A. da Silva. São Paulo: Loyola, 1990.
- WOOD, Allen W. Kantian Ethics. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.